



**FILIPE SANTOS
PRIOR**

**DETERMINANTES DA OFERTA DE CRÉDITO
BANCÁRIO – CASO PORTUGUÊS**



**FILIPPE SANTOS
PRIOR**

**DETERMINANTES DA OFERTA DE CRÉDITO
BANCÁRIO – CASO PORTUGUÊS**

Relatório de estágio apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção de grau de Mestre em Economia, realizado sob a orientação científica da Doutora Aida Isabel Pereira Tavares, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro

Dedico este trabalho a todos aqueles, que de uma ou de outra forma, contribuíram para a sua realização.

o júri

presidente

Prof. Doutor Antonio Miguel Amoedo Lebre de Freitas,
Professor Auxiliar, Universidade de Aveiro

Doutora Mara Teresa da Silva Madaleno,
Professora Auxiliar Convidada, Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Aida Isabel Pereira Tavares,
Professora Auxiliar, Universidade de Aveiro

agradecimentos

A realização deste trabalho marca o fim de uma importante etapa da minha vida. Gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram de forma decisiva para a sua concretização.

À Professora Aida Tavares pela disponibilidade, colaboração, compreensão e capacidade de estímulo ao longo de todo o trabalho.

A toda a equipa do balcão de Vagos que me acompanharam no estágio e se demonstraram sempre prestáveis.

Aos meus pais e irmãos pela confiança que depositaram em mim.

À Inês pelo apoio, ajuda e carinho.

À Susana pela ajuda e partilha de conhecimento.

A todos os meus amigos e colegas de curso que me acompanharam nesta etapa.

Obrigado.

palavras-chave

Crédito bancário, sector privado, dados em painel, determinantes da oferta.

resumo

O presente trabalho tem por base o estágio desenvolvido na Caixa de Crédito Agrícola e uma avaliação em painel dos principais determinantes da oferta do crédito bancário em Portugal.

O sector bancário tem-se demonstrado muito importante para o desenvolvimento da economia, pois permite a aquisição de financiamento de particulares e empresas, de modo a aumentar o poder de compra, o investimento e o consumo. Uma atividade fundamental no sector bancário é a concessão de crédito, uma vez que esta tem uma grande influencia nos resultados obtidos pelo banco e veicula um elevado risco associado ao endividamento.

Neste trabalho pretendemos identificar as principais razões ligadas à concessão de crédito no sector privado não financeiro em Portugal, relacionando o que foi aprendido ao longo do estágio e tendo em conta o exemplo da Caixa de Crédito Agrícola. Considera-se uma análise em painel com o objectivo de identificar os determinantes de oferta de crédito.

Assim, realizamos numa primeira fase um estudo geral ao sector bancário e à concessão de crédito em Portugal, apontando alguns pontos que nos pareceram fundamentais no estágio. Numa segunda fase estimamos um modelo com variáveis que representam diferentes factores que influenciam a oferta de crédito por parte das instituições bancárias. Verificamos que o activo total da instituição, o produto interno bruto, a margem das taxas de juro e o total depósitos bancários, tal como previsto, se apresentam significativos na oferta de crédito, sendo o seu comportamento na mesma direcção da variável dependente.

É ainda importante mencionar que a análise é feita num período recente de tempo, por isso, os resultados refletem a crise dos últimos anos, o elevado nível da dívida e de incumprimento, que implica uma maior submissão do sector às mudanças vigentes no país.

keywords

Banking credit, private sector, painel data, determinants of supply

abstract

This report is based on work developed in Crédito Agrícola and a review in panel data of the main determinants of supply of bank credit in Portugal. The banking sector has demonstrated very important for economic development as it allows the acquisition of funding from individuals and companies, in order to increase the purchasing power, investment and consumption. A fundamental activity in the banking sector is the granting of credit, because this has a large influence on the results obtained by the bank and conveys a high risk associated with debt. In this paper we intend to identify the main reasons for granting credit in non-financial private sector in Portugal, linking what has been learned over the past period in Crédito Agrícola. It is considered a review in panel in order to identify the determinants of credit supply. Therefore, we initially study the overall banking and the granting credit in Portugal, pointing out some points which we felt crucial. In a second step we estimate a model with different variables that represent factors that influence the supply of credit by banks. We found that the total assets of the institution, the gross domestic product, margin interest rate and total deposits presents a significant influence in the credit supply, and its behavior is in the same direction as the dependent variable. It is also important to mention that the analysis is made in a recent period of time and the results reflect the crisis of recent years, the high level of debt and default, which implies greater subjection sector to changes in force in the country.

Índice

Introdução.....	4
Parte I - Relatório de Estágio.....	6
1 Enquadramento Macro e Setor Bancário.....	6
1.1 Europa.....	6
1.2 Portugal	7
1.3 Setor Bancário.....	8
2 A Empresa E Atividades Desenvolvidas.....	14
2.1 O Grupo Crédito Agrícola.....	14
2.2 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos.....	15
3 Atividades desenvolvidas no estágio.....	21
Parte II- Estudo empírico.....	32
1 Revisão da Literatura.....	32
2 Metodologia	26
2.1 Amostra	26
2.2 Dados	27
2.3 Modelo.....	29
2.3.1 Teste F	31
2.3.2 Teste de Hausmann.....	31
2.3.3 Teste de Breush Pagan	32
3 Resultados e Discussão.....	32
Conclusão.....	37
Bibliografia.....	38

Índice de Tabelas

Tabela 1 – Principais Indicadores da Economia Portuguesa	7
Tabela 2 – Amostra : Instituições Bancárias	27
Tabela 3 – Descrição das variáveis utilizados no modelo.	27
Tabela 4 – Sinais esperados	29
Tabela 5 - Resultados das estimativas por vários modelos.....	33
Tabela 6 - Teste de Hausman	35
Tabela 7 - Teste de Breusch and Pagan	36
Tabela 8 - Teste de Autocorrelação	36

Índice de Figuras

Figura 1 – Evolução da taxa de desemprego e PIB.....	6
Figura 2 - Evolução dos indicadores de confiança – consumidor e indústria.....	8
Figura 3- Mercado Financeiro.	9
Figura 4- Evolução do crédito concedido a sociedades não financeiras.	9
Figura 5 - Repartição territorial do crédito em Portugal.....	10
Figura 6 - Repartição do crédito concedido por ramo de atividade.	10
Figura 7 - Evolução do Crédito Vencido.	11
Figura 8 - Repartição Territorial do crédito vencido	11
Figura 9 – Evolução do Crédito Vencido	12
Figura 10 – Organigrama da CCA de Vagos.....	16
Figura 11 – Indicadores do balanço da CCA de Vagos	17
Figura 12 – Evolução das Margens bancárias	17
Figura 13 – Indicadores Bancários de 2008 a 2011.....	18
Figura 14 –Evolução de inputs e outputs financeiros	19
Figura 15 - Processo de Concessão de Crédito no Crédito Agrícola de Vagos Mútuo	23
Figura 16 – Esquema dos testes utilizados entre os diferentes modelos	31

Introdução

Este trabalho é o culminar de um estágio realizado no âmbito do Mestrado de Economia, 2º ciclo Bolonha, com especialização na vertente de economia da empresa do Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial da Universidade de Aveiro, com uma aplicação empírica na temática.

Este estágio teve como objectivo a integração do aluno no mercado de trabalho, através de uma experiência onde este possa desenvolver novas competências, nomeadamente no que diz respeito à área de crédito do sector bancário, bem como aplicar o conhecimento adquirido ao longo do seu período académico.

O estágio foi realizado na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos, CRL, teve uma duração de 6 meses, tendo sido iniciado a 17 de Outubro de 2011 e concluído a 17 de Abril de 2012. Este visou a integração do estagiário no Departamento de Risco e Recuperação de Crédito de forma a proporcionar o confronto teórico leccionado nas aulas e o prático aprendido nas instalações da instituição.

A motivação para este trabalho surge por diversas razões. Primeiro porque consideramos que os bancos desempenham um papel vital nos mercados financeiros, ligando e combinando interesses dos mutuantes e mutuários. Segundo, porque os mercados financeiros, mercados de valores e a Economia estão a atravessar momentos de grande flutuação e instabilidade. Os bancos como qualquer outra empresa, procuram melhorar o seu nível de produtividade, solvabilidade e rendibilidade - a melhoria destes índices apenas é alcançada quando o banco empresta de forma eficiente o dinheiro, que foi depositado por poupanças de consumidores e investimentos dos acionistas. Ao efetuar o empréstimo, o banco está a colocar em risco os montantes dos seus fornecedores, nomeadamente, clientes e acionistas. Contudo, e apesar do risco que o banco incorre, este não pode evitá-lo pois esta é a sua maior fonte de rendimento. Assim, o banco enfrenta o trade-off entre o lucro da concessão de crédito e o risco de incumprimento dos mutuários.

Com esta experiência foi possível perceber mais aprofundadamente a importância do crédito a todos os níveis: banco, famílias, empresas e Economia. Este instrumento bancário auxilia as famílias a satisfazer necessidades de financiamento ao nível do consumo, habitação, leasing, e outras. No que diz respeito às empresas, o crédito permite satisfazer necessidades de

tesouraria, bem como necessidade de financiamento para desenvolvimento de infraestruturas e de negócio, o que por sua vez faz movimentar a Economia através da criação de valor e emprego.

Existem diversos factores que afetam o crédito nomeadamente, factores legais e tributários. Desta forma, caso a carga fiscal seja tendencialmente crescente, as perspetivas dos investidores retraiam-se e, conseqüentemente, o investimento decresce, assim como o crédito. O ciclo económico também é um factor determinante, pois num período de crescimento, é natural que exista mais crédito disponível do que quando esta se encontra num período recessivo, como é o caso da atualidade onde o crédito é mais restrito.

A ruptura do mercado financeiro e a crise económica, provocaram um excessivo endividamento das empresas e particulares, o que por sua vez fez aumentar o crédito mal parado nos bancos. Na atualidade, é imprescindível uma gestão de risco mais cautelosa e preventiva para que se consigam resultados mais favoráveis. Para tal deve-se ter em conta toda a informação disponível sobre o mutuário, porque negligenciar qualquer fonte de conhecimento pode ser causa de um problema de incumprimento.

Para uma exposição mais clara dos conteúdos e visto existirem duas grandes etapas (o estágio e o estudo empírico), decidimos estruturar o trabalho em duas grandes partes.

Na primeira parte, referente ao sector bancário e estágio realizado, apresentamos inicialmente uma abordagem macroeconómica, que nos permite uma contextualização do tema e uma visão geral do sector como um todo. De seguida, expomos a posição da Caixa de Crédito Agrícola no panorama português, especificando também os principais pontos referentes à Caixa de Crédito Agrícola de Vagos. No final desta parte, descrevemos nesta parte as principais atividades e competências desenvolvidas ao longo do estágio.

Posteriormente ao estágio, na segunda parte, efetuamos um estudo econométrico de uma vertente da temática do crédito. Iniciamos esta parte com uma breve revisão da literatura e estudos anteriormente efectuados. Em seguida, continuámos com a descrição do método, dados e variáveis utilizadas no modelo. Depois, apresentamos os resultados da estimativa do modelo. Finalmente terminamos este trabalho com as principais conclusões e possíveis melhorias, quer tendo em conta o estágio, quer tendo em conta os resultados do modelo.

Parte I - Relatório de Estágio

1 Enquadramento Macro e Setor Bancário.

Este capítulo visa uma reflexão sobre temas tais como uma contextualização/ enquadramento macroeconómico, europeu e português, através de alguns indicadores importantes que possam ajudar a ilustrar a melhor a compreensão de temas abordados mais à frente no trabalho. É também abordado o sector bancário como um todo, o que é, como é que funciona, quais as principais características.

1.1 Europa

O ambiente atual vivido na União Europeia é bastante crítico. A instabilidade dos mercados e o elevado número de países que se encontram com necessidades de financiamento crescem consideravelmente. No seio da Área Euro a economia Alemã – em contraste com a evolução evidenciada pelo conjunto europeu, apresentou em 2011, significativa robustez, com um

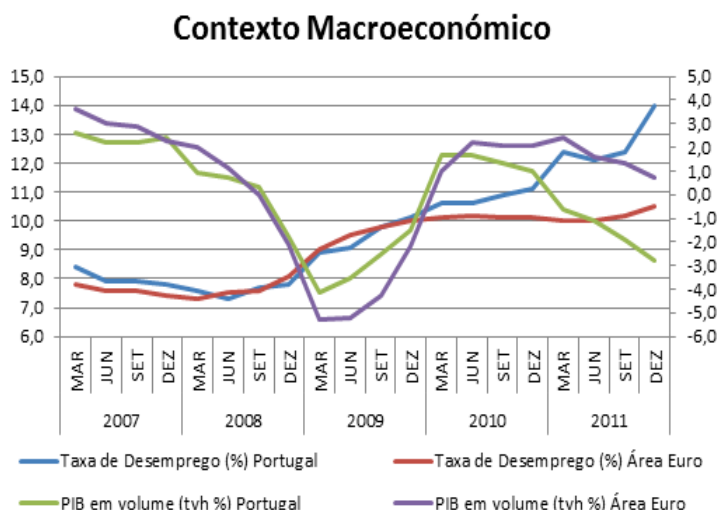


Figura 1 – Evolução da taxa de desemprego e PIB

Fonte : Dados (B.P. 2012), elaboração própria

torno das dívidas soberanas de alguns países da Área Euro. A este cenário acrescem as incertezas do sector financeiro, ainda não totalmente depurado de ativos “tóxicos” e as carteiras de crédito imobiliário em situação complexa. O sector bancário, enquanto financiador da Economia, viu todos estes factores como limitadores da sua margem de manobra para a concessão de crédito. Considera-se mais recentemente que existem riscos de recessão a nível global. Se não forem adoptadas medidas que dissipem os factores de incerteza referidos e que favoreçam o relançamento económico, esse é um cenário muito provável.

crescimento do PIB a rondar os 3% e uma taxa de desemprego a alcançar mínimos históricos de mais de duas décadas. (Figura 1) As fragilidades reveladas pelas principais economias, que se refletem no PIB da Área Euro (Figura 1), apresentam-se ainda agravadas pela especulação, das agências de rating, em

Neste contexto, até mesmo a Alemanha se encontra deparada com a necessidade e prioridade do saneamento das contas públicas, por forma a evitarem o agravamento da suas situações.

A saída da crise atual - que já dura desde 2007, tendo sido desencadeada, como é de recordar, pelo colapso dos empréstimos *subprime* nos Estados Unidos e de toda a montagem financeira constituída em torno desses créditos. É absolutamente crucial que se encontrem formas de estimular o crescimento económico, muito especialmente nos países que se encontram sujeitos a planos de austeridade, como via para esbater o impacto recessivo imediato desses planos.

1.2 Portugal

O percurso da Economia Portuguesa na última década pode ser caracterizado pela conjugação

Tabela 1 – Principais Indicadores da Economia Portuguesa

Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

B. Portugal INE	%	PIB t.v.h	C. Privado t.v.h	C. Público t.v.h	FBCF t.v.h	P. Interna t.v.h	Exportações t.v.h	Importações t.v.h
2007	MAR	2,7	2,2	0,1	0,3	0,8	10,1	3,2
	JUN	2,2	2,4	0,7	0,2	1,8	7,9	5,4
	SET	2,2	2,5	0,8	2,6	2,2	6,9	5,9
	DEZ	2,4	3	0,3	7,4	3,3	5,5	7,4
2008	MAR	0,9	2,3	-0,3	2,6	1,8	5,1	7
	JUN	0,7	1,4	-0,4	2,9	1,2	2,7	4
	SET	0,3	1,7	0,3	-0,2	1,2	0,8	3,4
	DEZ	-1,8	-0,1	1,8	-6,4	-0,9	-8,8	-4,7
2009	MAR	-4,1	-3,1	5,3	-10,5	-4,1	-18,7	-15,6
	JUN	-3,5	-2,9	4,6	-9,2	-4,3	-14,6	-13,9
	SET	-2,5	-2,5	5,3	-5,6	-2,7	-9	-7,8
	DEZ	-1,5	-0,8	3,7	-9,1	-2,2	-0,4	-2,4
2010	MAR	1,7	2,4	0,7	-1,3	1,4	9,5	6,8
	JUN	1,7	3,1	4,1	-4,5	2,3	9,6	9,8
	SET	1,3	1,8	-2,6	-6,9	-0,7	8,4	1,3
	DEZ	1	1,2	1,5	-3,7	0,2	7,7	4,1
2011	MAR	-0,6	-2,3	-3,8	-7,1	-3,3	8,4	-1,1
	JUN	-1,1	-3,3	-4,5	-10,5	-5,2	8,8	-4,3
	SET	-1,9	-3,4	-1,4	-12,1	-4,9	6,7	-2,7
	DEZ	-2,8	-6,5	-5,7	-16,1	-9,5	5,8	-13,5

de fraco crescimento económico e acumulação de desequilíbrios nas condições de financiamento das famílias, empresas, Estado e sector financeiro. Como demonstra a (Tabela 1) o bloqueio do crédito teve um impacto imediato na procura interna, no consumo privado e consumo público que por sua vez se reflete numa contração do PIB. Uma agravante de toda

esta situação, é também a eclosão da dívida grega, o que por sua vez agrava a percepção de risco em relação aos países da Área Euro com maiores níveis de endividamento. Tal acontecimento combinado com um conjunto de medidas e decisões comprometedoras da prosperidade da Economia Portuguesa, acabaram por forçar o nosso país a recorrer ao dispositivo de assistência financeira, em articulação com o FMI.

Como é lógico, o futuro de curto prazo passa pela deterioração dos principais agregados macroeconómicos nacionais, justificados pelas políticas de reestruturação do país e também pelas medidas de austeridade impostas pelos órgãos externos e pelo Estado. Assim, e com o agravamento do clima económico, a confiança dos consumidores e investidores degradou-se, levando à contração da procura interna e do dinamismo do mercado (Figura 2).

Como consequência dos planos de austeridade impostos pelas entidades responsáveis, o PIB após uma ligeira recuperação em 2010, volta novamente a cair em 2011, com o acentuar da recessão. Esta tendência negativa do PIB prevê-se que se mantenha em 2012, atingindo uma quebra na ordem dos 3,4%, segundo previsões do Banco de Portugal. Ainda assim, a recuperação da economia já começa a apresentar alguns resultados. Existe um crescimento da procura externa, que se

tem verificado nos últimos dos anos e também uma contração da importação chegou a ser na ordem dos 13,5% no último trimestre de 2011 (Tabela 1).

A atual crise é em tudo mais grave do que a

situação verificada em 2008,

uma vez que a taxa de

desemprego apresenta valores

recorde(Figura 1), o país

encontra-se novamente com PIB em território negativo e a inflação cresce, contrariamente aquilo que seira esperado. No entanto, este aumento da taxa de inflação pode ser explicado pelo aumento da taxa do IVA em bens com o gás, eletricidade, restauração, entre outros. Contudo, este aumento pode assumir apenas um carácter temporário, prevendo-se uma descida da inflação para 2012 como resultado esperada quebra na procura interna.

1.3 Setor Bancário

Uma instituição bancária pode ser definida como uma organização onde as suas operações correntes consistem em conceder créditos e angariar depósitos (Frexias & Rochet 1997). A APB¹ considera que o sector bancário é um sistema onde atuam um conjunto de instituições financeiras que visam a canalização da poupança dos agentes económicos, para o investimento nos mercados financeiros, através da compra e venda de produtos financeiros, ou seja, estas instituições desempenham um papel de intermediários entre os diferentes agentes económicos.

O Sistema Financeiro Português, é coordenado por uma autoridade de supervisão, que tem como objectivo assegurar que o sistema se mantém sólido, estável e robusto para prevenir o

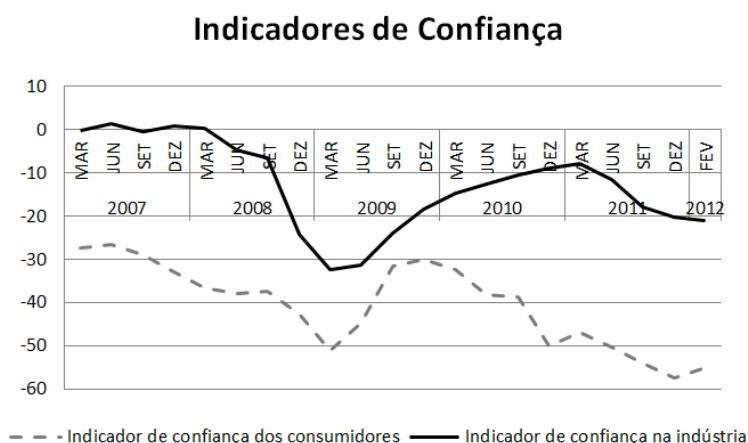


Figura 2 - Evolução dos indicadores de confiança – consumidor e indústria

Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

¹ APB – Associação Portuguesa de Bancos;

risco sistémico². O pilar base do sistema financeiro, são os agentes económicos³ pois são estes que determinam, se canalizam a sua poupança para o investimento.

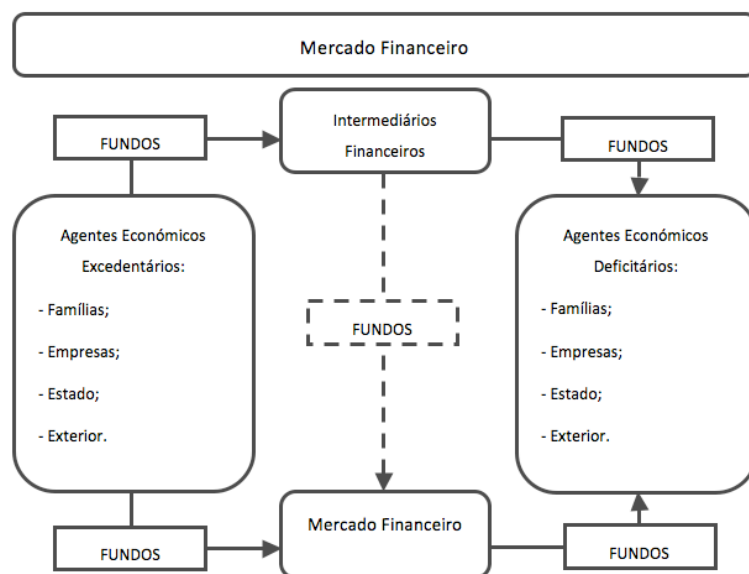


Figura 3- Mercado Financeiro. Fonte: APB (2012)

Na Figura 3 , os agentes económicos podem apresentar-se com diferentes perspectivas financeiras. De forma básica, os agentes económicos excedentários têm três opções: a primeira, e a pior de todas, é guardar o dinheiro em casa, arriscando-se à desvalorização deste.



Figura 4- Evolução do crédito concedido a sociedades não financeiras. Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

Segundo, optar por investir o dinheiro em aplicações financeiras, com risco ou não, dependendo de quão avesso ao risco é o investidor. Terceiro, e por fim, aplicar ou investir diretamente o dinheiro no mercado financeiro.

Para ilustrar mais profundamente como é que tem evoluído o sector em geral e também em termos de crédito, recolhi da

² Risco Sistémico – Pode também ser conhecido como risco de mercado, está ligado e decorre de factores que afectam o comportamento de todos os títulos do mercado. Por exemplo: Ciclos económicos, níveis de taxas de juro e o preço do petróleo, constituem factores de risco sistemático (Pinho & Soares 2008p.28)

³ Agentes económicos – São indivíduos, instituições ou conjunto de instituições que através das suas ações e decisões racionais intervêm num qualquer circuito económico, segundo APB.

base de dados do Banco de Portugal, informações relativas ao crédito concedido e ao crédito mal parado por forma a avaliar tendências de evolução do negócio e do crédito bancário.

Como ilustra a Figura 4, verificamos que o sector, no que diz respeito ao crédito tem mostrado um crescimento considerável, pois num período de dois anos registou-se um aumento superior a 20%. A falência do

banco *Lehman Brothers* gerou um efeito dominó que acabou por afectar a concessão de crédito pelos bancos comerciais. Assim e desde então o crédito tem vindo a decrescer para particulares e empresas. A tendência será de que este

indicador continue a deteriorar-se até que a Banca Portuguesa ganhe a confiança dos mercados

e a estabilidade financeira para que seja possível a inverter o caminho depreciativo.

Podemos ainda constatar que o crédito concedido a empresas não financeiras, está mais concentrado na região de Lisboa com 41,80%, seguida do Norte e Centro com 26,50% e 15,50%, respectivamente – Figura 5. Em contra ponto a região com menor concentração de crédito é a região dos Açores, com apenas 2% do total do crédito concedido.

Para além da análise regional parece-nos importante perceber como é repartido o volume de crédito pelos diversos sectores de atividade. Recorrendo à Figura 6, conseguimos perceber que os ramos de atividade que mais recorrem ao crédito são: Construção (20,5%); Comércio

Grosso (13,9%); Indústrias Transformadoras (13,3%) e Atividade Imobiliárias (13,3%).

Repartição territorial dos empréstimos a sociedades não financeiras

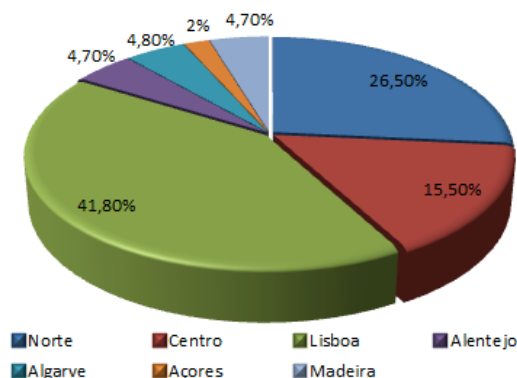


Figura 5 - Repartição territorial do crédito em Portugal.

Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

Repartição por ramo de atividade dos empréstimos concedidos a empresas não financeiras

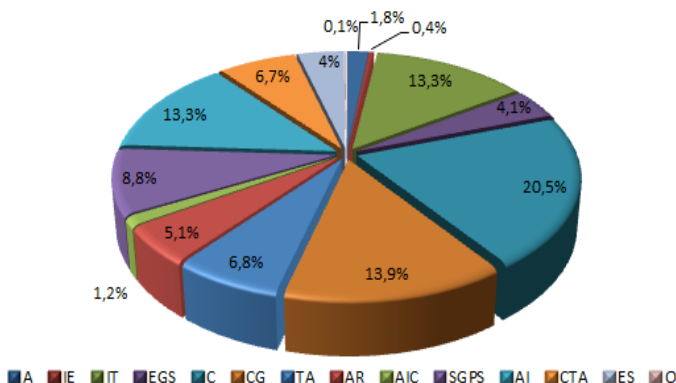


Figura 6 - Repartição do crédito concedido por ramo de atividade.

Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

Em oposto a estas, os sectores que menos dependem do crédito são a Educação, a Saúde e as Atividades de Serviços Sociais (4%); a Agricultura (1,8%); a Atividade de Informação e Comunicação (1,2%) e as Indústrias Extrativas (0,4%)⁴. Esta distribuição pode representar um problema atual com repercussões no futuro pois a indústria da construção e mercado imobiliário apresentam indícios recessivos severos. O crédito vencido é conhecido como uma situação de *default* por parte dos clientes, empresas ou particulares, quando estes deixam de ser capazes de pagar o empréstimo contraído

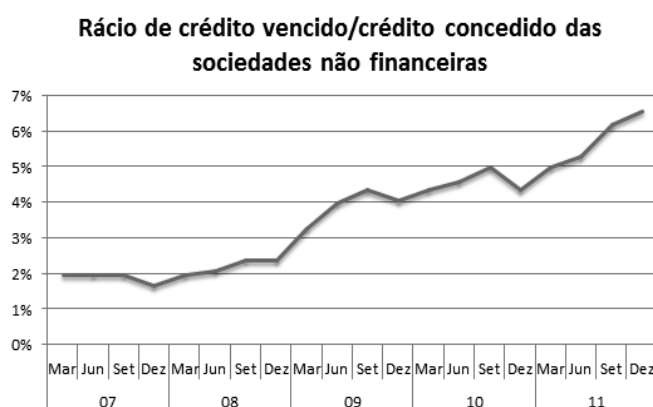


Figura 7 - Evolução do Crédito Vencido.

Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

No que diz respeito ao incumprimento das empresas, podemos verificar que regista-se uma subida generalizada do valor global dos índices de crédito vencido, justificada pelas crescentes dificuldades de solvência e liquidez.

Ao nível da repartição territorial do crédito vencido – Figura 8 - constatamos que o Algarve aparece no topo da lista com um valor acima

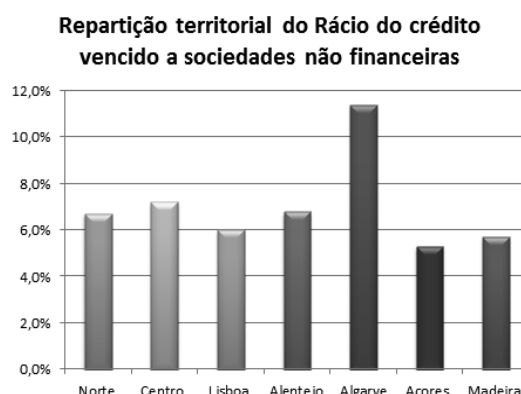


Figura 8 - Repartição Territorial do crédito vencido

Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

⁴ A - Agricultura; IE - Indústrias extrativas; IT - Indústrias Transformadoras; EGS - Eletricidade, gás, vapor e água, captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição; C - Construção; CG - Comércio Grosso; TA - Transportes e Armazenagem; AR - Alojamento e Restauração e similares; AIC - Atividade de informação e comunicação; SGPS - Atividade de sociedades gestoras de partições sociais não financeiras; AI - Atividade Imobiliárias; CTA - Atividade de consultoria, técnicas administrativas; ES - Educação, saúde e atividades de Serviços sociais; O - Outras Atividades

dos 11%. Este valor pensasse que possa ser justificado pela sazonalidade da zona algarvia, bem como pela sua falta de competitividade nacional e internacional. A região que menos apresenta crédito vencido é aquela que também menos recorre a empréstimos bancários, os Açores com 5,3%. Em termos médios, Portugal apresenta uma média de crédito vencido de 7% e este valor prevê-se que aumente tendo em conta a atual conjuntura económica portuguesa.

Repartição do Crédito Vencido por Montante Concedido a Empresas							Em percentagem	
	2008		2009		2010		2011	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Set	Dez	Jun	Set
Crédito < 20.000 €	11,1	12,6	14,0	14,7	15,2	16,1	15,9	16,1
20.000 ≤ Crédito < 50.000€	8,0	9,3	9,9	10,7	11,1	11,6	12,2	13,0
50.000 ≤ Crédito < 100.000€	6,9	8,5	9,0	9,7	10,2	10,4	11,1	11,9
100.000 ≤ Crédito < 200.000€	6,0	7,2	7,9	8,6	8,8	8,8	9,7	10,5
200.000 ≤ Crédito < 400.000€	4,7	6,1	6,5	7,5	7,9	7,9	8,7	9,2
400.000 ≤ Crédito < 1000.000€	4,6	6,3	6,7	7,4	7,8	7,4	8,7	9,5
1000.000 ≤ Crédito < 5000.000€	3,5	5,0	5,6	6,6	7,1	6,9	8,1	9,3
Crédito ≥ 5000.000€	1,0	2,7	2,6	2,8	3,2	2,5	3,2	4,0

Figura 9 – Evolução do Crédito Vencido

Fonte : Dados B.P. 2011, elaboração própria

Pareceu-nos ainda relevante fazer uma análise ao longo do tempo para diferentes montantes de crédito, o que nos permitiu confirmar que independentemente do montante do empréstimo, os níveis de incumprimento aumentam com o passar dos anos (Figura 9). Conseguimos também constatar uma maior incidência de crédito vencido sobre os montantes de menor valor, o que naturalmente nos remete para negócios de menor dimensão, cujas suas capacidades de competir no mercado é bastante reduzida e na grande maioria das vezes estes créditos de menor dimensão são empréstimos de auxílio à tesouraria, nomeadamente contas caucionadas.

Em suma:

- Primeiro, o sector financeiro tem um papel crucial e preponderante na Economia Portuguesa, devido ao elevado grau de dependência das empresas e dos particulares;
- Segundo, o crédito concedido apresenta um trajetória com tendência decrescente, desde o pico atingido no segundo trimestre de 2009;
- Terceiro, a repartição territorial do crédito nacional pode ser feita em três áreas: Lisboa (41,80%), Norte (26,50%) e Centro (15,50%);
- Quarto, podemos afirmar que em Portugal o crédito concedido está mais concentrado em alguns sectores de atividade, tais como, a Construção (20,5%), Comércio Grosso (13,9%),

Indústrias Transformadoras (13,3%) e Atividade Imobiliárias (13,3%), que no conjunto representam 61% do crédito concedido;

- Quinto, o crédito vencido tem atingido valores recorde (6,60%) apresentando uma taxa crescente ao longo do período de análise 2007-2011;

- Sexto, a repartição do crédito vencido ilustra que este está presente com maior incidência em zonas como Algarve e Centro.

Por fim, conseguimos ainda perceber que a repartição do crédito vencido respeitante aos montantes demonstra maior concentração nos créditos de montante inferior, muito embora o aumento com o passar dos anos seja considerável em todos os escalões.

2 A Empresa e Atividades Desenvolvidas

Neste Capítulo apresentamos um breve resumo histórico do que foi e do que ainda é o Crédito Agrícola como representante do sector bancário cooperativo em Portugal. Apresentamos marcos importantes bem como a sua evolução enquanto empresa. A seguir, são ainda ilustrados alguns indicadores da empresa de Vagos e, por fim, uma breve descrição das tarefas efectuadas no decorrer do estágio.

2.1 O Grupo Crédito Agrícola

A Caixa de Crédito Agrícola, contrariamente à banca tradicional, e por tradicional entenda-se banca comercial, tem como base os princípios da banca cooperativa. Como tal, as características especulativas estão fora da atividade do sector, o que pode explicar o seu bom desempenho. Segundo Herve Guider, Secretário-Geral da associação europeia de bancos cooperativos, a Banca cooperativa atravessa bem a crise, com uma forma de estar no mercado não vocacionada para o risco. Os bancos cooperativos contribuem para a estabilidade do sistema financeiro europeu, pois estes não são cotados no mercado e o lucro por si só não é o seu objectivo. Por outro lado, estas instituições privilegiam a proximidade e intervenção local, de forma a providenciar um desenvolvimento económico e social da comunidade onde estão inseridas. Ou seja, a banca cooperativa trabalha para o colectivo social ou economia real e não para os mercados.

O crédito Agrícola “nasceu” em Portugal em 1911 poucos meses depois da implementação da República, a 1 de Março. Nos anos 20, o número de Caixas de Crédito Agrícola Mútuo aumentou consideravelmente, graças ao empenho e dedicação de inúmeros agricultores. Contudo a crise económica e bancária dos anos 30 vieram por fim aos anos de expansão vividos até então pela empresa, obrigando esta a passar as caixas para tutela da Caixa Geral de Depósitos. Contudo, e já na década de 70, a transformação do sistema político português permitiu às caixas existentes o início do seu processo de autonomia. Ainda na década de 70 foi criada a Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo – FENACAM, cuja finalidade principal é o apoio e a representação das caixas associadas dentro e fora do território nacional. Já na década de 80 com a publicação de um regime jurídico específico para o Crédito Agrícola Mútuo, as Caixas deixaram de estar sob alçada da CDG, prevendo-se no entanto a criação de uma Caixa Central – criada em 1984. Passados três anos, com o propósito de garantir a solvabilidade do sistema, foi constituído o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola – FGCAM, do qual fazem parte as respectivas Caixas associadas.

Os anos 90 rapidamente chegaram, e o Grupo decidiu valorizar o seu portefólio de produtos e serviços financeiros com a CA Gest – Gestão de Fundos de Investimento Mobiliário, CA Seguros – Seguradora do ramo Não Vida, CA Vida – Seguradora do Ramo Vida, mais tarde, a CA Consult – para a área de assessoria financeira. e a CA – Informática e mais recentemente o lançamento da CA – Serviços.

Em 2006 o grupo decidiu renovar a sua imagem, pois a ideia de matriz cooperativa rural estava desatualizada e portanto seria necessário adapta-la para um contexto mais urbano, com ofertas mais competitivas de produtos e serviços, para desta forma continuar potenciando o seu crescimento. Assim este novo perfil mais contemporâneo veio proporcionar à empresa a imagem de uma instituição moderna, capaz de enfrentar um ambiente competitivo com credibilidade e mais importante, solidez.

Por fim, em 2011 o Crédito Agrícola, comemorou 100 anos de atividade em Portugal, um marco notório que simbolizou um longo caminho de evolução e crescimento, que marca o culminar de um centenário a proporcionar a muitas comunidades e regiões do nosso país o apoio necessário ao desenvolvimento económico e social. As várias iniciativas que decorreram ao longo deste ano, permitiram um olhar claro sobre o quão importante é a instituição Crédito Agrícola é para a sociedade.

2.2 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos, CRL.

O estágio foi efectuado na instituição Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos, CRL. A sua sede social é na Rua Padre Vicente Maria da Rocha, 3840 – 453 Vagos, o seu contribuinte é 501443380. Como referido anteriormente a sua natureza jurídica é cooperativa, possui um capital social de 5.268.340 €e o seu site é <http://www.credito-agricola.pt>.

De seguida é apresentado o Organigrama da caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos, CRL, que adopta um modelo de governação constituído por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas (Figura 10). Tanto a Mesa da Assembleia- Geral como o Conselho de Administração e Conselho Fiscal são compostos por três elementos.

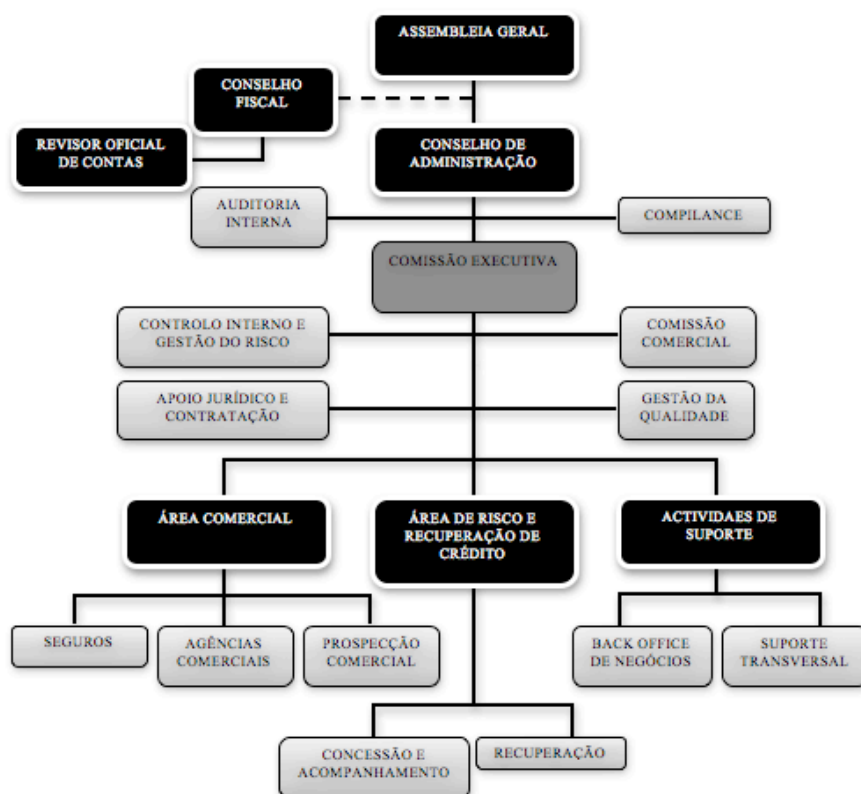


Figura 10 – Organigrama da CCA de Vagos

Fonte: Dados C.C.A 2011, elaboração própria

A instituição Crédito Agrícola foi fundada em Vagos em 06/01/1984, desde então, tem vindo sempre a criar valor e a ganhar quota de mercado na região e atualmente já se encontra sediada em 6 aldeias do concelho, Vagos, Calvão, Covão do Lobo, Gafanha da Boa Hora (Vagueira), Ouca e Ponte de Vagos. Como forma de representar e ilustrar o seu crescimento podemos verificar no quadro que se segue, vários factores que demonstram isso mesmo, por exemplo: o produto bancário vem ganhando significância ao longo do período da amostra, bem como o ativo líquido que apenas apresenta uma quebra em 2011, justificada em grande parte pelas perturbações do mercado, por fim e relativamente ao capital podemos identificar dois períodos, o pós e o pré 2009, onde até à data a empresa apresenta um crescimento e posteriormente a essa apresenta o percurso inverso (Figura 11).

Caixa de Crédito de Vagos	2008	2009	2010	2011
Ativo Líquido	97.553.905,00 €	102.072.365,00 €	102.900.635,00 €	96.751.795,00 €
Capital	5.142.080,00 €	5.268.340,00 €	5.222.585,00 €	5.180.765,00 €
Produto Bancário	3.733.381,00 €	3.006.149,00 €	3.216.301,00 €	3.796.476,00 €

Figura 11 – Indicadores do balanço da CCA de Vagos

Fonte: Dados C.C.A 2011, elaboração própria

Outro aspecto que gostaria de salientar seria as margens bancárias, mais concretamente as margens financeira e complementar. Relativamente esta última, consiste no valor líquido de comissões obtidas das quais fazem parte as comissões comerciais (por exemplo: manutenção de conta, cheques, abertura de conta entre outros) e operativas, as quais são provenientes de comissões de venda de produtos tais como: CA Vida e CA Seguros. No que diz respeito à primeira, a margem financeira, consiste na diferença apurada entre as rubricas juros e rendimentos similares e juros e encargos similares. Assim, torna-se evidente que esta é tanto mais eficiente quanto melhor for aplicação dos investimentos, mais concretamente, depósitos a taxas mais baixas bem como empréstimos com taxas superiores. No entanto reparamos que de 2008 para 2009, verificou-se uma elevada deterioração deste indicador, que pode ser justificado por uma excessiva degradação das taxas Euribor.

Podemos ainda constatar na Figura 12 que a margem financeira apresenta um crescimento negativo, que pode ser explicado por diversas razões tais como: o aumento dos preços dos depósitos; a estabilização do

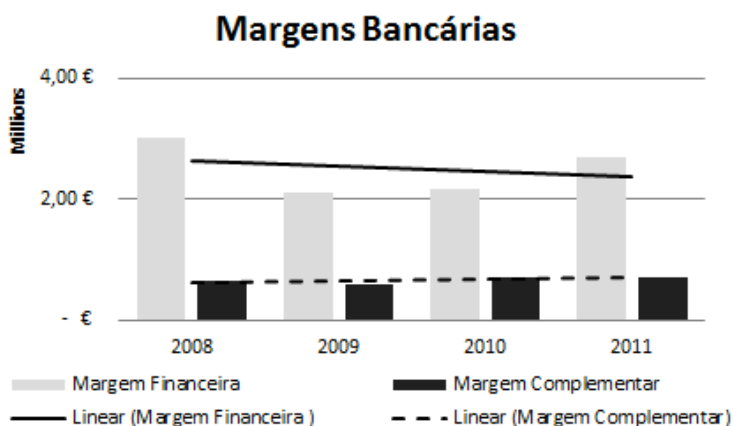


Figura 12 – Evolução das Margens bancárias

Fonte: Dados C.C.A 2011, elaboração própria

preço dos empréstimos; diferentes maturidades entre os depósitos e empréstimos,

pois a exigibilidade dos depósitos são na sua grande maioria de curto prazo enquanto que os empréstimos possuem geralmente critérios de médio/longo prazo e também a tipologia de crédito e as garantias prestadas, pois cerca de 80% dos créditos do Crédito Agrícola de Vagos são concedidos com garantias reais, por exemplo: hipotecas e penhoras de aplicações o que

por sua vez provoca uma quebra nas taxas aplicadas. A margem complementar tem vindo a aumentar, o que ilustra inflação das suas comissões praticadas pelo banco. Esta tendência pode indicar uma tentativa da empresa de estabilização e equilíbrio do produto bancário através da margem complementar e assim salvaguardar o equilíbrio das suas contas. Para além destas suspeições existem efetivamente ações que contribuem para o desenvolvimento desta, nomeadamente o crescimento do número de comissões sobre o serviço bancário, aumento do comissionamento pago pelas entidades responsáveis, (por exemplo: em vez de se ganhar 10% de comissão por uma venda, ganha-se 15%) e também o aumento do preço dos produtos vendidos, que por sua vez se reflete no aumento do montante das comissões.

Para além destes indicadores, existem ainda rúbricas como: eficiência, solvabilidade, grau de provisionamento e crédito vencido líquido. Segundo os resultados do relatório de estabilidade de Maio 2010 do Banco de Portugal, os bancos

com risco de crédito mais elevado e com maiores reservas de liquidez tendem a

ter níveis de ineficiência mais elevados, possivelmente refletindo o facto de estas variáveis funcionarem como indicadores da qualidade e sofisticação da gestão.

Por outro lado, os bancos relativamente maiores e com menor alavancagem tendem a ser mais eficientes. Isto pode indicar que os bancos de maior dimensão têm a capacidade de atrair equipas de gestão mais competentes e que uma capitalização mais robusta é uma forma eficaz de reduzir os problemas de agência.

O rácio de eficiência enquanto indicador bancário ilustra quanto custa cada unidade de capital aplicado (emprestado). Assim como é óbvio que na ótica do banco este indicador é tanto melhor quanto menor for o seu valor. Desta forma e relativamente à Figura 13, conseguimos verificar que o Crédito Agrícola de Vagos tem vindo a melhorar este indicador.

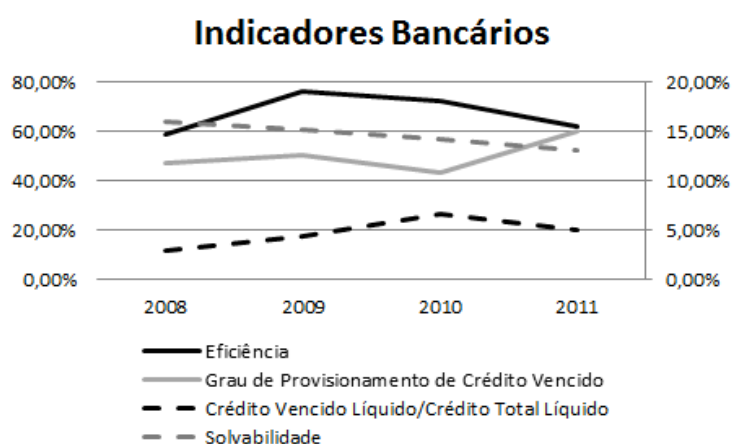


Figura 13 – Indicadores Bancários de 2008 a 2011

Fonte: Dados C.C.A 2011, elaboração própria

A solvabilidade segundo o INE (2012) enquanto indicador económico-financeiro demonstra a capacidade da empresa, neste caso do banco, de liquidar as responsabilidades assumidas de curto, médio e longo prazo, ou seja, indica a parcela relativa dos ativos do banco financiados pelos capitais próprios em contra partida dos ativos financiados por capitais alheios, desta forma o indicador evidencia o grau de independência da empresa em relação aos credores.

A solvabilidade pode ser calculada da seguinte forma:

$$Solvabilidade = \left\{ \frac{Capitais\ Próprios}{Passivo} \right\}$$

Assim, quanto maior o seu valor, maiores serão as garantias dos credores e maior será a estabilidade financeira do banco. Portanto e dada a interligação dos temas, todos estes factores provocam uma maior capacidade de negociação do banco para assim contrair novos financiamentos. No que diz respeito a este indicador é notável a sua deterioração, pois apresenta uma tendência decrescente desde 2008. Este entre 2008 e 2011 apresentou uma quebra de cerca de 18%, passando dos 15,85% para 12,98% em 2011. Ainda no que se refere a esta tema é de salientar que, apesar da queda da solvabilidade por parte do Crédito Agrícola de Vagos durante um período consecutivo de 3 anos, esta consegue sempre garantir as metas alcançadas pelos acordos Basileia I e Basileia II que fixaram a meta de solvabilidade para as instituições financeiras de 8 e 12%, respectivamente.

Conseguimos igualmente constatar na Figura 13 que o grau de provisionamento do crédito vencido do Crédito Agrícola de Vagos degradou-se no último exercício, devido essencialmente a duas razões: i) o abate do ativo do banco decorrente de créditos considerados incobráveis e, ii), o aumento considerável das provisões, situando assim o rácio de crédito vencido líquido em valores inferiores mais reduzidos.

Já no que diz respeito às entradas e saídas de moeda da instituição, podemos retirar quatro importantes conclusões sobre a Figura 14. Primeiro verificamos que depois de um longo período de contínuos

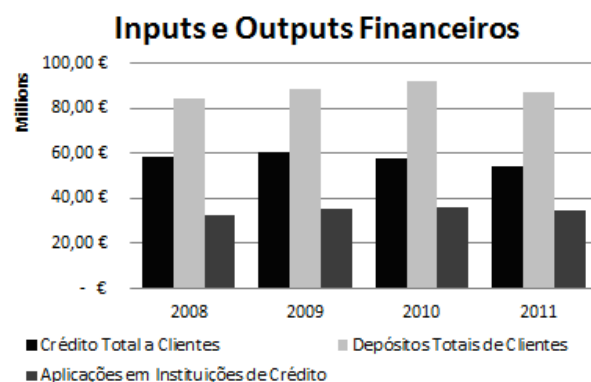


Figura 14 –Evolução de inputs e outputs financeiros

Fonte: Dados C.C.A 2011, elaboração própria

acréscimos no montante de depósitos totais de clientes. Em 2011 muito embora justificado pela incerteza e insegurança relativamente às instituições financeiras, o valor apresentado sofre uma quebra na ordem dos 6%, comparativamente com o ano anterior.

Segundo, o crédito total a clientes após um ligeiro crescimento em 2008/2009, atingiu valores superiores aos 60 milhões. Contudo e comparativamente com 2009, em 2011 a empresa concedeu apenas cerca de 54 milhões, o que representa uma queda contínua de 10%. Estes valores vem de encontro ao que já foi referido anteriormente, e ilustram um maior critério e rigor das entidades financeiras na análise dos clientes/investidores.

Terceiro, verificamos que as aplicações em instituições de crédito têm apresentado um crescimento até 2010. No entanto, em 2011 este valor apresentou um decréscimo de 4%. As principais razões que encontramos para justificar este comportamento são as seguintes: i) as elevadas taxas concedidas pela concorrência em geral, até 2010, podem ser um factor determinante. (Por exemplo: o BCP – Millennium, chegou a oferecer depósitos com taxas TANB 5,25% em meros depósitos a prazo, cujo o risco destas aplicações são nulos para o investidor); ii) a razão que consideramos decisiva para a quebra da expansão deste indicador em 2011 foi, para além do elevado grau de desconfiança sobre a banca, as medidas tomadas pelo Banco de Portugal (B.P. 2012). Estas visam regular e a travar este comportamento expansivo das taxas oferecidas pelos bancos, dado que estas podiam comprometer a sua liquidez e solvabilidade num médio/longo prazo.

A Quarta e última razão é que o Crédito Agrícola de Vagos, tal como qualquer outro balcão da instituição C. Agrícola, privilegia a solidez e estabilidade da sua estrutura, pois se repararmos na Figura 14 conseguimos constatar que o crédito concedido aos clientes é sempre inferior aos montantes de depósitos de clientes. Em 2008 o C. Agrícola concedeu apenas 69% dos depósitos dos seus clientes. Desde então tem apresentado uma tendência decrescente de forma a terminar o ano de 2011 com apenas 62%, o que ilustra a responsabilidade e seriedade dos profissionais e dirigentes da instituição.

Em conclusão, podemos verificar que a C. Agrícola de Vagos tem vindo a criar valor no mercado, como é demonstrado por vários factores, e que apesar de existirem anos, como 2009, em que se nota um decréscimo dos alguns indicadores, a agência demonstra sempre estabilidade e capacidade de competir no mercado.

3 Atividades desenvolvidas no estágio

No âmbito do estágio e dos objectivos propostos para este, as atividades desenvolvidas no decorrer do estágio concentraram-se em tarefas relacionadas com a banca cooperativa, onde a ênfase foi a área de análise de risco e concessão de crédito. Em seguida apresento algumas das atividades desempenhadas nas instalações do Crédito Agrícola de Vagos.

O estágio foi dividido em dois momentos. Numa primeira fase as atividades desenvolvidas estiveram algo relacionadas ao conhecimento da empresa, bem como a integração na organização.

Nesta fase inicial elaborei tarefas como:

- Aprender/estudar o Crédito Agrícola de Vagos, CRL, de forma a conhecer e aprender as suas principais atividades tal como os procedimentos internos;
- Interagir e perceber o sistema informático(SIBAL e IBSPROFIL) O SIBAL é um software de transações financeiras, enquanto que o IBS é um sistema de base de dados;
- Realizar operações internas;
- Tratamento do correio e do Arquivo;
- Controlo de mapas, nomeadamente, TPA's, Balcão 24, Diários, Controlo de Folhas de Caixas, ou seja, esta supervisão consiste em analisar que saldos de contas dos operadores da caixa e cruza-lo com o um mapa administrativo (Mapas 400 e 176), por forma a evitar lacunas nos processos de fecho de caixa assim como na informação contabilística.
- Atualização de dados de Contas;
- Análise da concorrência, nomeadamente preços e campanhas;

Na segunda fase do estágio as tarefas concentraram-se mais sobre a área de crédito. Esta área de trabalho foi a que mais interesse me despertou, não só pela atualidade do tema como também pela sua particularidade.

Assim as principais atividades realizadas durante este período foram:

- Identificação de bens recuperados dos crédito vencido;
- Auxilio na organização de escrituras efectuadas no banco;
- Análise financeira e estratégica de empresas da região que apresentem indícios de clientes potenciais, tal como os sectores os sectores de atividade onde estas estão inseridas. Para além disso, ainda foi elaborado um estudo sobre os clientes e sectores de atividade com maior peso na estrutura de crédito da empresa;

- Deslocação às instalações do advogado por causa da recolha de informação relativa a processos judiciais de créditos do contencioso, com processo judicial ativo;
- Formação presencial sobre o produto CA Mulher, um produto de risco que a empresa vai lançar no mercado.
- Análise de mapas de clientes em situação de Crédito Vencido;
- Análise de novas propostas de crédito, nomeadamente verificar o risco destas, ou seja, elaborar um estudo intensivo sobre o solicitador:
- Rating do Cliente (comportamentos em anteriores operações de crédito, averiguar a existência de situações de incumprimento em outras instituições financeiras, cheques devolvidos, utilização frequente do limite de crédito descoberto, e frequente saldo devedor na conta D.O.);
- Características da empresa (Dimensão, sector de atividade, produtos comercializados, localização, dados contabilísticos, capacidade de gerar cash-flows que permitam reembolso, viabilidade financeira e comercial da empresa, entre outros)
- Características do mercado (volatilidade, sazonalidade, concorrência e riscos do sector e da atividade)
- Características do empréstimo (tipo, natureza, risco do projeto, duração do investimento, garantias reais, avalista/fiador, qual a finalidade de empréstimo, etc.)

O crédito na Caixa de Crédito Agrícola de Vagos é acompanhado diariamente, com uma excessiva disciplina e alguma agilidade, para que seja possível tornar o processo o menos moroso possível, e assim melhorar o serviço de prestação de crédito. Ao mínimo sinal de que o crédito, está em vias de incumprimento, o banco responsabiliza-se por notificar os clientes, de forma a que estes possam proceder à regularização do empréstimo. Nesta primeira fase os clientes são notificados via telefone e via correio registado, esta é a designada fase da tolerância.

Seguidamente na fase das diligências, o banco e o cliente trocam impressões para de alguma forma encontrarem uma solução para o problema de incumprimento. Caso estes mostrem alguma vontade e capacidade de realmente liquidar o crédito, nomeadamente da incorporação de fiadores ou hipotecas adicionais no novo contracto, o banco pode efetuar uma renegociação do crédito para que o cliente possa ter uma nova oportunidade.

O SIBAL, ferramenta que auxilia também a gestão do crédito é crucial pois permite ao banco ter um controlo apertado sobre a rubrica de maior significância nas contas do mesmo. Desta forma o processo de crédito tem uma trajetória natural dentro da organização, tal como podemos verificar na Figura 15.

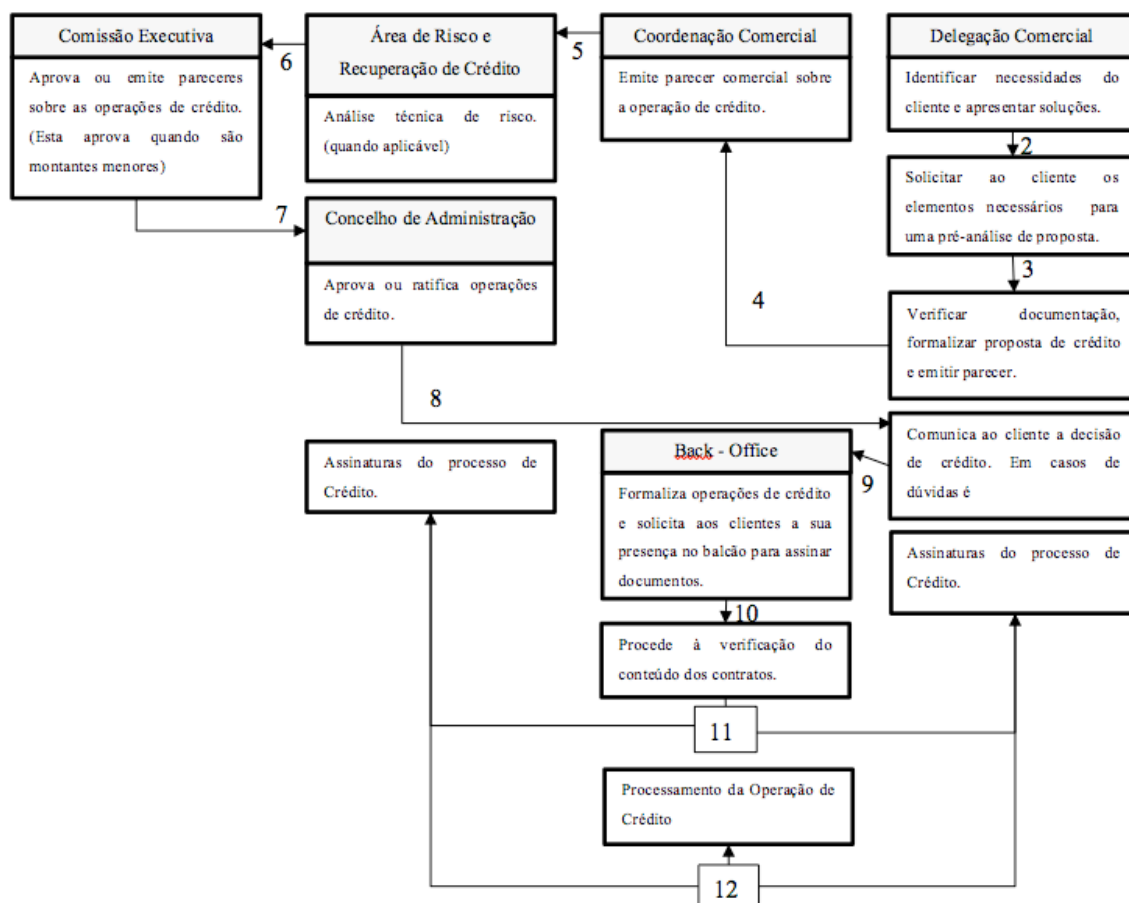


Figura 15 - Processo de Concessão de Crédito no Crédito Agrícola de Vagos Mútuo, CRL .

Fonte: Elaboração própria

Através desta estrutura, podem definir-se vários tipos de créditos de acordo com as necessidades dos clientes e a finalidade dos empréstimos. As operações de crédito podem destinar-se a pessoas físicas, particulares, ou a pessoas jurídicas, a empresas. Contudo, se adoptarmos como base de diferenciação o período temporal, os créditos podem ser de origens diversas: longo-prazo (Crédito Habitação, ou para o caso das empresas, Aquisição de Maquinaria, entre outros) médio e curto-prazo (Crédito conta corrente, factoring, etc).

Perante as atividades elaboradas no seio da organização, ficou para nós bastante claro que o negócio bancário e o sistema financeiro contribuem de forma decisiva para o funcionamento da economia, facilitando as transações entre agentes económicos. Mais concretamente para o segmento das empresas conseguimos verificar que o constrangimento financeiro está a colocar em causa a continuidade de muitas empresas portuguesas. Portugal, tal como a grande parte da Europa, possui um tecido empresarial que ronda os 99% de pequenas e médias empresas, onde 75% do tecido empresarial é de serviços e apenas 25% de indústria. Estas empresas, por falta de competitividade nos mercados internacionais e por falta de

mentalidades orientadas para o desenvolvimento do negócio, tornam-se “arcaicos” industriais restando-lhe apenas um mercado nacional muito competitivo. Nesta fase, as empresas começam a traçar um percurso de decadência e incapacidade de gerar rendimentos suficientes para sustentar as suas necessidades financeiras. Em condições normais, haveria disponibilidade das instituições bancárias para colmatar o défice de rendimentos instalado, contudo com contexto macroeconómico assente na incerteza, principalmente pelo que se tem vindo a verificar desde finais de 2008, torna-se mais difícil a recuperação da atividade empresarial.

No entanto e apesar das adversidades económicas instaladas, o modelo adoptado pela banca cooperativa, mais concretamente pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vagos, CRL, mais centrado para o mercado local, com um relacionamento Banco/Cliente bastante próximo, com uma disciplina e um critério muito rigoroso nas suas operações de maior risco, onde a gestão e controlo de custo é bastante apertado, garante assim uma carteira de crédito estável e uma performance financeira acima da média.

O seu comportamento no mercado e a sua posição de elevada proximidade, para além de proporcionar ao Crédito Agrícola de Vagos bons resultados, proporciona-lhe também, algo muito importante como a diminuição dos problemas de informação assimétrica, ou seja, seleção adversa e risco moral.

Parte II - Estudo empírico

De modo a analisar comportamento do crédito bancário, nomeadamente dos determinantes de concessão do crédito bancário, analisámos empiricamente dados relativos aos principais bancos que operam em Portugal.

1 Revisão Bibliográfica

Neste capítulo abordamos de uma forma sucinta alguns pontos importantes no tema e focados em outros estudos que avaliaram algumas relações entre o crédito bancário e as suas principais variáveis.

Desde os anos 90 que os modelos de crédito ao sector privado tem sido objetivo de estudo de vários investigadores, sofrendo assim um rápido crescimento na literatura empírica. Os estudos abrangem diferentes países e consideram distintos períodos de tempo.

Kakes (2000) aplicou o seu estudo à Holanda e utilizou as variáveis PIB real, empréstimos bancários a empresas, taxa de juro de empréstimos bancários, taxa de juro de longo prazo, e *bank bond holdings*, encontrando um vector cointegração onde o PIB real e a taxa de juro bancário se mostraram significativos. Passado um ano Hofmann (2001) aplicou um estudo idêntico a 16 países industrializados, obtendo como principais resultados que o desenvolvimento de crédito de longo prazo não pode ser explicado pela procura de crédito normal mas sim pelos preços de propriedade que identificam os relacionamentos de longo prazo. Brzoza-Brzezina (2005) considerando também o sector privado analisou o crédito bancário em diversos países, incluindo Portugal. Considerou como variáveis os empréstimos no sector privado, o PIB real e a taxa de juro real (de mercado a 3 meses), obtendo como resultados uma relação positiva entre o PIB real e a concessão de crédito bancário, e uma relação inversa com a taxa de juro. Mais tarde, Castro and Santos (2010) através das variáveis que continham indicadores relativos a empréstimos de consumo, empréstimos de habitação e empréstimos SNF, estimaram através de regressões de cointegração um modelo que considerou somente dados de Portugal, concluindo que o consumo privado, o investimento habitação e o investimento empresarial influenciavam positivamente o crédito bancário, enquanto que a taxa de juro associada apresentava um sinal negativo.

O crescimento de crédito pode ser analisado em dois prismas diferentes. Por um lado, estuda os determinantes da procura e da oferta de crédito; por outro lado, concentra-se apenas no lado da procura de crédito sob a suposição de que os efeitos da oferta são limitados. Contudo, no nosso estudo o lado da oferta será o objetivo principal sendo que a principal questão é compreender

quais os determinantes que permitem às instituições bancárias conceder maior volume de crédito.

Nos modelos sobre a procura e sobre a oferta, as variáveis que usualmente são utilizadas para identificar os determinantes do crédito centram nas variáveis tradicionais, como o PIB real e as taxas de juro.

Frömmel and Schmidt (2006) analisaram no seu estudo o lado da oferta e incluíram variáveis relacionadas com a oferta de crédito, que podem ser obtidas a partir de um balanço do banco (Friedman *et al.* 1993). Os autores identificou dois grandes grupos de variáveis: as que se relacionam com a capacidade dos bancos na concessão de crédito e as que se relacionam com o racionamento do próprio crédito. No primeiro grupo, os autores mencionam que o capital próprio dos bancos e os depósitos bancários são as variáveis de maior relevância; no segundo grupo relaciona-se sobretudo com medidas ligadas ao risco dos ativos e das garantias utilizadas.

Na literatura normalmente recorre-se a valores agregados em séries temporais. Também são utilizados modelos de análise de dados em painel para análises econométricas, por exemplo em Fucidji and Mendonça (2006).

2 Metodologia

2.1 Amostra

Para a análise econométrica selecionamos as instituições bancárias segundo dois principais critérios: dados disponíveis nos relatórios semestrais das instituições financeiras e notoriedade das instituições bancárias a operar em Portugal - Tabela 2 (N=8). A base de dados foi construída através da análise dos relatórios de contas disponibilizados pelas instituições e por dados fornecidos pelo Banco de Portugal.

A seleção do período temporal, foi definida mediante dois critérios, primeiro o período económico crítico que se iniciou em 2007 e se tem vindo a arrastar desde então, e em segundo a disponibilidade de dados dos bancos. Desta forma, foram reunidos dados para 5 anos relativos a 8 instituições bancárias, listadas abaixo na Tabela 2.

Tabela 2 – Amostra : Instituições Bancárias

Instituição Bancária	Sigla utilizada
<i>Banco Espírito Santo</i>	BES
<i>Millennium BCP</i>	BCP
<i>Santander Totta</i>	TOTTA
<i>Caixa Geral de Depósitos</i>	CGD
<i>Banco Português de Investimento</i>	BPI
<i>Banco Internacional do Funchal, SA</i>	BANIF
<i>Caixa de Crédito Agrícola</i>	CCA
<i>Banco Montepio</i>	MONT

2.2 Dados

O principal objetivo é encontrar variáveis significativamente correlacionadas com a oferta de crédito dos bancos da amostra. Como não existe, até onde sabemos, nenhum modelo explicativo para o crédito que forneça formas funcionais prontamente testáveis, utilizámos outros estudos anteriores para definir as prováveis variáveis explicativas no modelo de dados em painel.

Tabela 3 – Descrição das variáveis utilizados no modelo.

Variáveis	Descrição	Unidades
Volume de Operações de Crédito (CC)	Inclui o valor total de crédito concedido das seguintes formas : crédito concedido a empresas, crédito à habitação, crédito ao consumo, crédito concedido através de cartões de crédito, outros créditos a particulares, garantias e avales prestados, e derivados.	(M €)
Ativo Total (AT)	Representa valor do ativo de uma empresa antes de efectuadas as correções patrimoniais dadas pelas as amortizações e a dedução das provisões referentes às diversas rubricas do balanço	(M €)

Total de Depósitos (TD)	Representa o total de recebimentos de dinheiro e outros valores (como cheques), na instituição bancária. (M €)
Produto Interno Bruto (PIB)	Representa o PIB real, em que o valor tem em conta o desconto inerente à inflação. (1000M€)
Margem da Taxa de Juro (MTX)	Representa a diferença entre as taxas de juro ativas e as taxas de juros passivas do banco. %

A rubrica total de depósitos foi incluída para retratar uma fonte de captação de recursos do banco, uma vez que os bancos são capazes de criar crédito independentemente da existência prévia de depósitos (Wray 2003). Desta forma, a variável total de depósitos foi introduzida no modelo para captar a importância recursos depositados para expansão do crédito, esperando-se assim que estas variem no mesmo sentido, logo que assumam sinal positivo no modelo.

A variável PIB pretende captar o efeito da procura por crédito de particulares e empresas, levando-nos a duas expectativas distintas. Se, por um lado, o aumento do PIB significa uma maior riqueza das empresas, logo um maior poder das instituições de crédito na concessão de empréstimos. Por outro lado, significa também um maior poder financeiro e de compra por parte do consumidor o que à partida irá reduzir o volume de créditos concedidos por parte das instituições bancárias. No entanto, na maioria das vezes este apresenta um sinal positivo (Fucidji & Mendonça 2006).

Outra das variáveis considerados foi a margem da taxa de juro, que tem como objectivo captar o incentivo do banco em conceder crédito, dado que esta representa a diferença entre as taxas de juro ativas e as taxas de juros passivas do banco. As taxas de juro ativas apresentam as taxas de juro cobradas pelas instituições financeiras às pessoas ou entidades a quem concedem crédito, enquanto que as taxas de juro passivas representam as taxas de juro pagas pelas instituições financeiras aos seus clientes. A diferença entre os valores médios destas duas taxas é designada por taxa de margem financeira e revela o ganho das instituições financeiras nas operações de crédito e de depósitos. Assim, espera-se à partida que o sinal desta variável seja positivo no modelo. Na Tabela 4 está a síntese do modelo estimado e das hipóteses testadas.

Tabela 4 – Sinais esperados

$Y(CC) =$	α	β_1 AT	β_2 TD	β_3 PIB	β_4 MTX
Variável dependente	_____	+	+	+	+

2.3 Modelo

Os dados em painel, que combinam dados seccionais e temporais, permitem a modelização de variáveis que evoluem cronologicamente (Wooldridge 2001). Existem diversos modelos de dados em painel, o modelo de efeitos generalizados (pooled) e o modelo de efeitos individuais (fixos ou aleatórios).

O modelo pooled não retrata a realidade de forma idónea sendo por isso pouco utilizado, a estimação deste modelo não considera várias componentes importantes e específicas de cada instituição, levando a conclusões enviesadas e não robustas. Assim, o modelo de efeitos individuais é preferível ao de efeitos generalizados.

Os modelos de efeitos individuais são os mais frequentemente utilizados para a organização de dados em painel, uma vez que permite deprecia a questão da heterogeneidade individual (Wooldridge 2001). Este modelo permite, portanto, a caracterizar a heterogeneidade individual, criando uma regressão específica para cada instituição bancária. Existem dois modelos de efeitos individuais: os fixos e os aleatórios.

Nos efeitos fixos principal diferença é que assume-se que os erros u_{it} podem ser decompostos em duas componentes, α_i e v_{it} . A componente não observável α_i é o efeito fixo individual (heterogeneidade individual) porque, sendo constante para todo o t , apenas está indexado ao particular indivíduo i (Wooldridge 2001).

O modelo de efeitos fixos, também conhecido por abordagem variável *dummy* de mínimos quadrados, é uma generalização de um modelo constante introduzindo uma variável *dummy* para aos efeitos das variáveis omitidas, que permanecem constantes no tempo. Nesta especificação, os efeitos individuais podem ser livremente correlacionados com os outros regressores. A estimação é um modelo de regressão múltipla com variáveis binárias para cada uma das N unidades em análise, de modo a que o acréscimo destas variáveis diferencie o *intercept* de cada regressão, ou seja diferente para cada uma das unidades, permitindo assim captar as heterogeneidades existentes entre elas. O estimador de mínimos quadrados ordinários (OLS) é chamado de LSDV

(*Least Squares Dummy-Variable Model*), e é um estimador consistente e eficiente do modelo (Wooldridge 2001).

O modelo de efeitos aleatórios trata os efeitos específicos (ou individuais) como variáveis aleatórias, assim supõe-se que não há correlação entre os efeitos individuais e as demais variáveis aleatórias. Os mínimos quadrados generalizados (GLS) seria assim o método de estimação.

O modelo básico de estimação pode representar-se pela regressão

$$Y_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Onde X inclui a constante, a heterogeneidade ou efeito individual é $Z_i\pi$ com Z a representar a constante e as variáveis específicas.

Esta regressão origina as duas principais regressões utilizados em análise em painel, no modelo dos efeitos fixos e no modelo dos efeitos aleatórios.

No modelo dos efeitos fixos admitimos que o efeito individual α_i está correlacionado com as restantes variáveis X_{it} , isto é, a inclusão de α_i permite-nos lidar com a heterogeneidade criando uma regressão para cada instituição bancária. Desta forma temos uma individualização dos efeitos da variável exógena de modo a ilustrar de forma mais próxima cada individuo, corrigindo o problema do declive e da ordenada na origem.

$$Y_{it} = \alpha_i + \beta X_{it} + \varepsilon_{it} \quad (2)$$

De uma forma geral podemos dizer que o modelo dos efeitos aleatórios permite tornar o efeito individual num efeito aleatório ($\alpha_i = \alpha + v_i$), assim e reescrevendo de outra forma

$$Y_{it} = \alpha + \beta X_{it} + \varepsilon_{it} \quad , \text{ com } \varepsilon_{it} = \mu_{it} + v_i \quad (3)$$

Este modelo terá um único *intercept* e um vector de variáveis explicativas k (Greene & Zhang 1997). É, ainda, importante mencionar que μ_{it} e v_i seguem as hipóteses clássicas, são independentes e identicamente distribuídos.

É importante neste ponto assumir que o painel utilizado é *balanced* ou equilibrado, isto é, não há falta de observações.

Existem diversos testes que nos permitem avaliar os modelos e analisar a influencia das variáveis no mesmo (Figura 16). Para testar o modelo dos efeitos fixos temos de realizar o teste ao mesmo - teste F, que nos permitem perceber a pertinência da inclusão dos efeitos individuais. Seguidamente, caso se verifique que os efeitos são individuais temos que fazer o teste aos efeitos aleatórios – teste de Hausmann. O aspecto central que este teste pretende analisar é se os erros obtidos para o mesmo individuo em períodos de tempo distintos são correlacionados. Em seguida, de modo a corroborar o modelo que melhor se adapta podemos realizar o teste que

verifica a pertinência do modelo dos efeitos aleatórios em relação ao modelo dos efeitos generalizados - teste de Breush Pagan, como sintetiza a Figura 16.

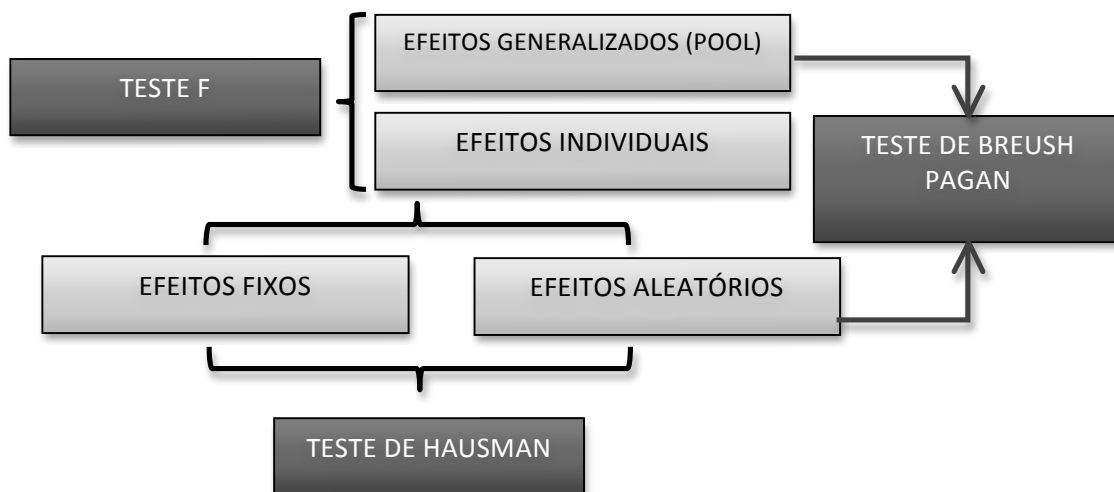


Figura 16 – Esquema dos testes utilizados entre os diferentes modelos

2.3.1 Teste F

As hipóteses do teste F são as seguintes:

H_0 = Modelo Restrito (Pool)

H_1 = Modelo Não Restrito (Efeitos Fixos)

O teste F, faz uma análise à igualdade dos *intercepts* de cada indivíduo, ou seja, este testa se, $H_0 = \alpha_1 = \alpha_2 = \alpha_3 \dots = \alpha_n$. Assim, caso um dos alfas seja diferente o p-value vai ser superior a zero de modo que rejeitamos a hipótese nula, ou seja, os efeitos individuais são melhores que os efeitos generalizados.

2.3.2 Teste de Hausmann

Segundo (Greene 2008) existem poucas provas para considerar os efeitos individuais como não-correlacionados com os regressores, como é adotado no modelo dos efeitos aleatórios. Daí a necessidade de avaliar a consistência da pressuposição deste modelo.

As hipóteses do teste de Hausman são:

H_0 = Modelo dos Efeitos Aleatórios

H_1 = Modelo dos Efeitos Fixos

2.3.3 Teste de Breush Pagan

Em 1980 Breusch e Pagan apresentaram um teste multiplicador de Lagrange de forma a testar a hipótese nula de que a variância das secções cruzadas é zero. Ao rejeitar H_0 assumimos que o modelo pooled não é o mais adequado, sendo por isso preferível o modelo dos efeitos aleatórios.

Assim as hipóteses são as a seguir apresentadas:

$$H_0 : \text{Variância } (\sigma^2) = 0$$

$$H_1 : \text{Variância } (\sigma^2) \neq 0$$

Resultados e Discussão

Conforme foi referido anteriormente, a concessão de crédito bancário pode ser explicado por pelos menos dois grupos de variáveis, um relacionado com as características macroeconómicas que neste caso é representado pelo PIB real (PIB) e outro com as características da estrutura bancária, que é ilustrado pelas variáveis Activo Total (AT), Total de Depósitos (TD) e ainda pela Margem das Taxas (MTX).

Tabela 5 - Resultados das estimativas por vários modelos

VARIÁVEL DEPENDENTE			EFEITOS		EFEITOS INDIVIDUAIS	
			GENERALIZADOS			
Volume de Créditos Concedidos (CC)			POOL	EFEITOS FIXOS	EFEITOS ALEATÓRIOS	
			(1)	(2)	(3)	(4)
Constante			-78185.42**	-54027.08***	2432.512	-61956.64***
Activo Total	AT	(+)	0.2934501***	0.3124183***	0.3863483***	0.3205633***
Total Depósitos	TD	(+)	0.8157221***	0.6524651***	0.4560583***	0.6934575***
PIB	PIB	(+)	1.782841**	1.282566***	-	1.439301***
Margem das Taxas	MTX	(+)	1947.403*	1678.579***	624.7752	1716.84***
N			80	80	80	80
R ²			0,9754	0,9744	0.9668	0,9747
F			743.16	62.72	446.93	516.22
Prob (F)			0,000	0,000	0,000	0,000

Os sinais esperados das variáveis estão entre parênteses.

* Indica significância a 10%

** Indica significância a 5%

*** Indica significância a 1%

Como podemos observar a Tabela 5 os diferentes modelos mostram coerência nos sinais das variáveis e no R^2 . No entanto, através dos testes utilizados na análise de dados em painel (Tabela 6, Tabela 7 e Tabela 8) podemos verificar que o modelo dos efeitos aleatórios é o modelo mais adequado, assim iremos analisar mais particularmente este modelo.

O modelo dos efeitos aleatórios, sem a variável PIB, mostrou-se com menos capacidade explicativa comparativamente ao modelo com PIB incluído. Neste as variáveis AT e TD, mostraram significância a 1%, contudo a constante (c) e a MTX não apresentaram resultados significativos. A inclusão da variável PIB é assim de grande importância para o modelo.

No modelo (4) (modelo de efeitos aleatórios com PIB), obtivemos resultados significativos para todas as variáveis, a 99% de confiança. A constante (c) apresentou um sinal negativo; o AT um sinal positivo, sendo que para cada ponto percentual de aumento no ativo total, espera-se que o volume de crédito aumente para a média da amostra cerca de 0,321 milhões de euros constantes; o TD também um sinal positivo, sendo que para cada ponto percentual de aumento no total de depósitos, espera-se que o volume de crédito aumente para a média da amostra cerca de 0,693 milhões de euros constantes; a variável MTX apresenta, tal como as variáveis AT e TD, um sinal positivo, sendo que é nesta que o impacto do aumento de crédito se evidencia, pois para cada ponto percentual de aumento na variável margem das taxas, espera-se que o volume de crédito aumente consideravelmente, o que é certamente compreensível dado que à medida que a diferença das taxas aumenta, maior é o incentivo do banco para o crédito; por fim, o PIB, a variável tem como objectivo captar as variações macroeconómicas mostrou-se também significativa e bastante relevante para o modelo. Tal como as restantes variáveis explicativas o PIB também apresentou um sinal consonante com o esperado, onde para cada ponto percentual de aumento deste, espera-se que o volume de crédito cresça para a média da amostra em cerca de 1.439 mil milhões de euros.

Após a estimação dos diferentes modelos torna-se essencial perceber qual desses apresenta maior eficiência:

O primeiro teste que aplicamos foi um teste F, de modo a perceber se o modelo pooled é preferível ao modelo dos efeitos fixos.

Com o valor de $p\text{-value}=0.0000$ rejeitamos a hipótese nula, logo o modelo dos efeitos fixos mostrasse preferível ao modelo pooled.

Após encontrar os estimadores da regressão do nosso estudo, usando os efeitos fixos e os efeitos aleatórios, surge a necessidade de identificar o melhor modelo, logo realizamos o teste de Hausman.

Tabela 6 - Teste de Hausman

Variáveis	Coeficientes		$(\beta_{EF} - \beta_{EA})$	Sqrt
	β_{EF}	β_{EA}		
AT	0.3124183	0.3205633	-0.0081451	0.0293959
TD	0.6524651	0.6934575	-0.0409923	0.0512192
PIB	1.282.566	1.439.301	-0.1567347	0.1696216
MTX	1.678.579	1716.84	-3.826.068	120.3526
H ₀ : Diferença não sistemática entre os coeficientes				
Chi2 (3) = 0,89				
Prob > Chi 2 = 0,8289				

Conforme apresentado na Tabela 6, considerando a hipótese nula de que os estimadores dos modelos de efeitos fixos e efeitos aleatórios não se diferenciam sistematicamente, verificamos que para todos os níveis de significância não podemos rejeitar a hipótese nula, de modo que é preferível empregar o modelo de efeitos aleatórios.

p-value = 0.8289, o que significa que não rejeitamos H₀ e por isso assumimos que o melhor modelo de estimação é o dos efeitos aleatórios.

Em seguida, de modo a corroborar os resultados obtidos, pareceu-nos interessante e pertinente utilizar o Teste LM Breusch e Pagan,

Tabela 7 - Teste de Breusch and Pagan

	Var	Sqrt (Var)
CC	6.41e+08	25325.36
e	2459303	1568.217
u	2.12e+07	4605.447
H ₀ : Var (u) = 0		
Chi2 (1) = 257,08		
Prob > Chi 2 = 0,0000		

Com p-value = 0,0000 rejeitamos a hipótese nula, isto é, rejeitamos o modelo pooled. Os resultados estão assim de acordo com os realizados no teste F e no teste de Hausman.

Por fim, realizamos o teste à auto-correlação (*Wooldridge test for autocorrelation in panel data*). Este é importante para avaliar a presença de correlação, sendo que os efeitos macroeconômicos não têm os seus efeitos dissipados no curto período de tempo em análise.

Tabela 8 - Teste de Autocorrelação

Wooldridge (teste para autocorrelação para dados em painel)	
H ₀ :Sem Autocorrelação de Primeira Ordem	
H ₁ :Existe Autocorrelação de Primeira Ordem	
F(1 , 7) = 3,328	
Prob > F = 0,1109	

Assim, para os principais níveis de significância (1%, 5%, 10%) não podemos rejeitar a hipótese nula da ausência de autocorrelação de primeira ordem, assumindo assim que o nosso modelo não tem auto-correlação, aumentando a sua robustez.

Conclusões

O estágio realizado na banca e as funções exercidas despertaram um interesse pela análise do crédito bancário e o seus procedimentos. Para além de este ser uma das principais atividades do sector e um factor crucial ao desenvolvimento da Economia.

A concessão de crédito bancário é fundamental não só para o financiamento das empresas e particulares, mas para o próprio crescimento e desempenho da instituição bancária, por isso esta ser a variável dependente do nosso estudo.

Os resultados obtidos mostraram que o modelo dos efeitos aleatórios é o mais adequado ao estudo e que as variáveis ativo total, total de depósitos, PIB e margem das taxas são variáveis significantes na explicação do valor de crédito concedido, apresentando todas elas um efeito positivo sobre o valor dos créditos concedidos .

A estimativa obtida mostram que a margem das taxas é a variável com maior impacto na concessão de créditos, o que tal como referido faz todo o sentido uma vez que é esta diferença que gera valor à instituição bancária.

No futuro o estudo procurará a ultrapassar algumas limitações da presente análise, nomeadamente a inclusão de mais instituições bancárias e mais variáveis explicativas como por exemplo: i) Volume de publicidade da uma determinada companhia; ii) Compra de ouro; iii) Será que existe alguma relação aparente entre a concessão de crédito e as cotações bolsistas?

Uma outra possibilidade será a de estender o estudo a mais países, na tentativa de encontrar pontos comuns e traçar um quadro geral da dinâmica de concessão de créditos bancários tendo em conta o ponto de vista da banca.

Bibliografia

- APB, 2012. Associação Portuguesa de Bancos. URL <http://www.apb.pt/>
- B.P., 2012. Banco de Portugal - Publicações Estatísticas. URL <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Paginas/BoletimEstatistico.aspx>
- Brzoza-Brzezina, M., 2005. Lending booms in the new EU Member States: will euro adoption matter?
- Campbell, D.E., 2006. Incentives: Motivation and the economics of information. Cambridge University Press.
- Castro, G., Santos, C., 2010. Determinantes das Taxas de Juro e do Crédito.
- Diamond, D.W., 1984. Financial intermediation and delegated monitoring. The Review of Economic Studies 51, 393-414
- Frexias, X., Rochet, J.C., 1997. Microeconomics of banking. Cambridge, MA: MIT Press
- Friedman, B.M., Kuttner, K.N., Bernanke, B.S., Gertler, M., 1993. Economic activity and the short-term credit markets: An analysis of prices and quantities. brookings Papers on economic Activity 1993, 193-283
- Frömmel, M., Schmidt, T., 2006. Bank Lending and Asset Prices in the Euro Area.
- Fucidji, J.R., Mendonça, D.P., 2006. Determinantes do Crédito Bancário: uma análise com dados em painel para as maiores instituições. UNESP/FCL–Araraquara
- Greene, W.H., 2008. The econometric approach to efficiency analysis. The measurement of productive efficiency and productivity growth, 92-250
- Greene, W.H., Zhang, C., 1997. Econometric analysis. Prentice hall Upper Saddle River, NJ.
- Hofmann, B., 2001. The determinants of private sector credit in industrialised countries: do property prices matter?
- INE, 2012. Instituto Nacional de Estatística. URL <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Estatisticas/PublicacoesEstatisticas/BolEstatistico/Paginas/BoletimEstatistico.aspx>
- Kakes, J., 2000. Identifying the mechanism: is there a bank lending channel of monetary transmission in the Netherlands? Applied Economics Letters 7, 63-67
- Mishkin, F.S., 2007. The economics of money, banking, and financial markets. Pearson education.
- Pinho, C., Soares, I., 2008. Finanças: Mercados e Instrumentos. Edição de Sílabo.
- Stiglitz, J.E., Weiss, A., 1981. Credit rationing in markets with imperfect information. The American economic review, 393-410

- Williamson, S.D., 1986. Costly monitoring, financial intermediation, and equilibrium credit rationing. *Journal of Monetary Economics* 18, 159-179
- Wooldridge, J.M., 2001. *Econometric analysis of cross section and panel data*. MIT press.
- Wray, L.R., 2003. *Understanding modern money*. Edward Elgar.